

classificação das freguesias de acordo com a tipologia de área urbanas, i. e., área predominantemente urbana (APU), área mediantemente urbana (AMU) e área predominante rural (APR) encontra-se publicada pelo Instituto Nacional de Estatística); -----

d) «Contrato» - documento celebrado entre a Entidade Gestora e qualquer pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, pelo qual é estabelecida entre as partes uma relação de prestação, permanente ou temporária ou sazonal, do Serviço nos termos e condições do presente Regulamento; -----

e) «Deposição» - acondicionamento dos resíduos urbanos nos locais ou equipamentos previamente determinados pela Entidade Gestora, a fim de serem recolhidos; -----

f) «Deposição indiferenciada» - deposição de resíduos urbanos sem prévia seleção; -----

g) «Deposição seletiva» - deposição efetuada de forma a manter o fluxo de resíduos separados por tipo e natureza (como resíduos de papel e cartão, vidro de embalagem, plástico de embalagem, resíduos urbanos biodegradáveis, REEE, RCD, resíduos volumosos, verdes, pilhas), com vista a tratamento específico; -----

h) «Ecocentro» - centro de receção dotado de equipamentos de grande capacidade para a recolha seletiva de materiais passíveis de valorização, tais como, papel, embalagens de plástico e metal, aparas de jardim, objetos volumosos fora de uso, ou de outros materiais que venham a ter viabilidade técnica de valorização; -----

i) «Ecoponto» - conjunto de contentores, colocado na via pública, escolas, ou outros espaços públicos, e destinados à recolha seletiva de papel, vidro, embalagens de plástico e metal ou outros materiais para valorização; -----

j) «Eliminação» - qualquer operação que não seja de valorização, nomeadamente as incluídas no anexo I -----
do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, ainda que se verifique como consequência secundária a recuperação de substâncias ou de energia; -----

k) «Estação de transferência» - instalação onde o resíduo é descarregado com o objetivo de o preparar para ser transportado para outro local de tratamento, valorização ou eliminação; -----

l) «Estação de triagem» - instalação onde o resíduo é separado mediante processos manuais ou mecânicos, em diferentes materiais constituintes destinados a valorização ou a outras operações de gestão; -----

m) «Estrutura tarifária» - conjunto de regras de cálculo expressas em termos genéricos, aplicáveis a um conjunto de valores unitários e outros parâmetros; -----

n) «Gestão de resíduos» – a recolha, o transporte, a valorização e a eliminação de resíduos, incluindo a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação no pós -encerramento, bem como as medidas adotadas na qualidade de comerciante ou corretor; -----

o) «Óleo alimentar usado» (OAU) – óleo alimentar que constitui um resíduo; -----

p) «Prevenção» – a adoção de medidas antes de uma substância, material ou produto assumir a natureza de resíduo, destinadas a reduzir: -----

i) A quantidade de resíduos produzidos, designadamente através da reutilização de produtos ou do prolongamento do tempo de vida dos produtos; -----

ii) Os impactes adversos no ambiente e na saúde humana resultantes dos resíduos produzidos; -----

iii) O teor de substâncias nocivas presentes nos materiais e nos produtos; -----

q) «Produtor de resíduos» - qualquer pessoa, singular ou coletiva, cuja atividade produza resíduos (produtor inicial de resíduos) ou que efetue operações de pré -processamento, de mistura ou outras que alterem a natureza ou a composição desses resíduos; -----

r) «Reciclagem» – qualquer operação de valorização, incluindo o reprocessamento de materiais orgânicos, através da qual os materiais constituintes dos resíduos são novamente transformados em produtos, materiais ou substâncias para o seu fim original ou para outros fins mas que não inclui a valorização energética nem o reprocessamento em materiais que devam ser utilizados como combustível ou em operações de enchimento; -----

s) «Recolha» – a apanha de resíduos, incluindo a triagem e o armazenamento preliminares dos resíduos para fins de transporte para uma instalação de tratamento de resíduos; -----

t) «Recolha indiferenciada» - recolha de resíduos urbanos sem prévia seleção; -----

u) «Recolha seletiva» – a recolha efetuada de forma a manter o fluxo de resíduos separados por tipo e natureza com vista a facilitar o tratamento específico; -----

v) «Remoção» – conjunto de operações que visem o afastamento dos resíduos dos locais de produção, mediante a deposição, recolha e transporte; -----

w) «Resíduo» — qualquer substância ou objeto de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer; -----

x) «Resíduo de construção e demolição (RCD)» — resíduo proveniente de obras de construção, reconstrução, ampliação, conservação e demolições de edifícios e da derrocada de edificações; -----

y) «Resíduo de equipamento elétrico e eletrónico (REEE)» — equipamento elétrico e eletrónico que constitua um resíduo, incluindo todos os componentes, subconjuntos e consumíveis que fazem parte integrante do equipamento no momento em que é descartado; -----

z) «Resíduo urbano (RU)» - resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações, incluindo-se igualmente nesta definição os resíduos a seguir enumerados: -----

i) «Resíduo verde» — resíduo proveniente da limpeza e manutenção de jardins, espaço verdes públicos ou zonas de cultivo e das habitações, nomeadamente aparas, troncos, ramos, corte de relva e ervas; -----

ii) «Resíduo urbano proveniente da atividade comercial» — resíduo produzido por um ou vários estabelecimentos comerciais ou do sector de serviços, com uma administração comum relativa a cada local de produção de resíduos, que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações;

iii) «Resíduo urbano proveniente de uma unidade industrial» — resíduo produzido por uma única entidade em resultado de atividades acessórias da atividade industrial que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações; -----

iv) «Resíduo volumoso» — objeto volumoso fora de uso, proveniente das habitações que, pelo seu volume, forma ou dimensão, não possa ser recolhido pelos meios normais de remoção. Este objeto designa-se vulgarmente por “monstro” ou “mono”; -----

v) «REEE proveniente de particulares» - REEE proveniente do sector doméstico, bem como o REEE proveniente de fontes comerciais, indústrias, institucionais ou outras que, pela sua natureza e quantidade, seja semelhante ao REEE proveniente do sector doméstico; -----

vi) «Resíduo de embalagem» - qualquer embalagem ou material de embalagem abrangido pela definição de resíduo, adotada na legislação em vigor aplicável nesta matéria, excluindo os resíduos de produção; -----

vii) «Resíduo hospitalar não perigoso» - os resíduos resultantes de atividades de prestação de cuidados de saúde a seres humanos ou a animais, nas áreas da prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação ou investigação e ensino, bem como de outras atividades envolvendo procedimentos invasivos, tais como acupuntura, piercings e tatuagens; -----

viii) «Resíduo urbano de grandes produtores» - resíduo urbano produzido por particulares ou unidades comerciais, industriais e hospitalares cuja produção diária exceda os 1100 litros por produtor e cuja responsabilidade pela sua gestão é do seu produtor. -----

aa) «Reutilização» — qualquer operação mediante a qual produtos ou componentes que não sejam resíduos são utilizados novamente para o mesmo fim para que foram concebidos; -----

bb) «Titular do contrato» - qualquer pessoa individual ou coletiva, pública ou privada, que celebra com a Entidade Gestora um Contrato, também designada na legislação aplicável em vigor por utilizador ou utilizadores; -----

cc) «Tratamento» — qualquer operação de valorização ou de eliminação de resíduos, incluindo a preparação prévia à valorização ou eliminação e as atividades económicas referidas no anexo IV do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, do qual faz parte integrante; -----

dd) «Utilizador doméstico» - aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios; -----

ee) «Utilizador não doméstico» - aquele que não esteja abrangido pela alínea anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos sectores empresariais do Estado e Local; -----

ff) «Utilizador final» - pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado de forma continuada o serviço de gestão de resíduos e que não tenha como objeto da sua atividade a prestação desses mesmos serviços a terceiros; -----

gg) «Valorização» - qualquer operação, nomeadamente as constantes no anexo II do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, cujo resultado principal seja a transformação dos resíduos de modo a servirem um fim útil, substituindo outros materiais que, caso

contrário, teriam sido utilizados para um fim específico ou a preparação dos resíduos para esse fim na instalação ou conjunto da economia. -----

Artigo 7.º Regulamentação técnica

As normas técnicas a que devem obedecer a conceção, o projeto a construção e exploração do sistema de gestão, bem como as respetivas normas de higiene e segurança, são as aprovadas nos termos da legislação em vigor. -----

Artigo 8.º Princípios de gestão

A prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos obedece aos seguintes princípios: -----

- a) Princípio da universalidade e da igualdade de acesso; -----
- b) Princípio da qualidade e da continuidade do serviço prestado e da proteção dos interesses dos utilizadores; -----
- c) Princípio da transparência na prestação do serviço; -----
- d) Princípio da proteção da saúde pública e do ambiente; -----
- e) Princípio da garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis; -
- f) Princípio da promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional; ----
- g) Princípio do poluidor-pagador; -----
- h) Princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos; --
- i) Princípio da responsabilidade do cidadão, adotando comportamentos de carácter preventivo em matéria de produção de resíduos, bem como práticas que facilitem a respetiva reutilização e valorização. -----

Artigo 9.º Disponibilização do Regulamento

O Regulamento está disponível no sítio na Internet da Entidade Gestora e nos serviços de atendimento, sendo neste último caso, fornecidos exemplares mediante o pagamento da quantia definida no tarifário em vigor. -----

CAPÍTULO II - DIREITOS E DEVERES

Artigo 10.º Deveres da Entidade Gestora

Compete à Entidade Gestora, designadamente: -----

- a) *Garantir a gestão dos resíduos urbanos cuja produção diária não exceda os 1100 litros por produtor, produzidos na sua área geográfica, bem como de outros resíduos cuja gestão lhe seja atribuída por lei;* -----
- b) *Assegurar o encaminhamento adequado dos resíduos que recolhe, ou recebe da sua área geográfica, sem que tal responsabilidade isente os municípios do pagamento das correspondentes tarifas pelo serviço prestado;* -----
- c) *Garantir a qualidade, regularidade e continuidade do serviço, salvo em casos fortuitos ou de força maior, que não incluem as greves, sem prejuízo da tomada de medidas imediatas para resolver a situação e, em qualquer caso, com a obrigação de avisar de imediato os utilizadores;* -----
- d) *Assumir a responsabilidade da conceção, construção e exploração do sistema de gestão de resíduos urbanos nas componentes técnicas previstas no presente regulamento;* -----
- e) *Promover a elaboração de planos, estudos e projetos que sejam necessários à boa gestão do sistema;* -----
- f) *Manter atualizado o cadastro dos equipamentos e infraestruturas afetas ao sistema de gestão de resíduos;* -----
- g) *Promover a instalação, a renovação, o bom estado de funcionamento e conservação dos equipamentos e infraestruturas do sistema de gestão de resíduos;* -----
- h) *Assegurar a limpeza dos equipamentos de deposição dos resíduos e área envolvente;* -----
- i) *Promover a atualização tecnológica do sistema de gestão de resíduos, nomeadamente, quando daí resulte um aumento da eficiência técnica e da qualidade ambiental;* -----
- j) *Dispor de serviços de atendimento aos utilizadores, direcionados para a resolução dos seus problemas relacionados com o sistema de gestão de resíduos;* -----
- k) *Promover a atualização anual do tarifário e assegurar a sua divulgação junto dos utilizadores, designadamente nos postos de atendimento e no sítio na internet da Entidade Gestora;* -----
- l) *Proceder em tempo útil, à emissão e envio das faturas correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança;* -----
- m) *Dispor de serviços de cobrança, por forma a que os utilizadores possam cumprir as suas obrigações com o menor incómodo possível;* -----
- n) *Manter um registo atualizado das reclamações e sugestões dos utilizadores e garantir a sua resposta no prazo legal;* -----
- o) *Prestar informação essencial sobre a sua atividade;* -----

p) *Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento.* -----

Artigo 11.º Deveres dos utilizadores

Compete aos utilizadores, designadamente: -----

- a) *Cumprir o disposto no presente regulamento;* -----
- b) *Não alterar a localização dos equipamentos de deposição de resíduos e garantir a sua boa utilização;* -----
- c) *Acondicionar corretamente os resíduos;* -----
- d) *Reportar à Entidade Gestora eventuais anomalias existentes no equipamento destinado à deposição de resíduos urbanos;* -----
- e) *Avisar a Entidade Gestora de eventual subdimensionamento do equipamento de deposição de resíduos urbanos;* -----
- f) *Cumprir as regras de deposição/separação dos resíduos urbanos;* -----
- g) *Cumprir o horário de deposição dos resíduos urbanos;* -----
- h) *Pagar pontualmente as importâncias devidas, nos termos do presente Regulamento e dos contratos estabelecidos com a Entidade Gestora;* -----
- i) *Em situações de acumulação de resíduos, o utilizador deve adotar os procedimentos indicados pela Entidade Gestora, no sentido de evitar o desenvolvimento de situações de insalubridade pública.* -----

Artigo 12.º Direito à prestação do serviço

1. *Qualquer utilizador cujo local de produção se insira na área de influência da Entidade Gestora tem direito à prestação do serviço sempre que o mesmo esteja disponível.* -----
2. *O serviço de recolha considera-se disponível, para efeitos do presente Regulamento, desde que o equipamento de recolha indiferenciada se encontre instalado a uma distância inferior a 100 m do limite do prédio e a Entidade Gestora efetue uma frequência mínima de recolha que salvguarde a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.* -----
3. *O limite previsto no número anterior é aumentado até 200 m nas áreas predominantemente rurais.* -----

Artigo 13.º Direito à informação

1. *Os utilizadores têm o direito a ser informados de forma clara e conveniente pela Entidade Gestora das condições em que o serviço é prestado, em especial no que respeita aos tarifários aplicáveis.* -----



2. A Entidade Gestora dispõe de um sítio na Internet no qual é disponibilizada a informação essencial sobre a sua atividade, designadamente: -----

- a) Identificação da Entidade Gestora, suas atribuições e âmbito de atuação; -----
- b) Relatório e contas ou documento equivalente de prestação de contas; -----
- c) Regulamentos de serviço; -----
- d) Tarifários; -----
- e) Condições contratuais relativas à prestação dos serviços aos utilizadores; -----
- f) Indicadores de qualidade do serviço prestado aos utilizadores; -
- g) Informação sobre o destino dado aos diferentes resíduos recolhidos, identificando a respetiva infraestrutura; -----
- h) Informações sobre interrupções do serviço; -----
- i) Contactos e horários de atendimento. -----

Artigo 14.º Atendimento ao público

1. A Entidade Gestora dispõe de um local de atendimento ao público e de um serviço de atendimento telefónico, através do qual os utilizadores a podem contactar diretamente. -----

2. O atendimento ao público é efetuado nos dias úteis das 9:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:30 h. -----

CAPÍTULO III – SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15.º Tipologia de resíduos a gerir

Os resíduos a gerir classificam-se quanto à tipologia em: -----

- a) Resíduos urbanos, cuja produção diária não exceda os 1100 litros por produtor; -----
- b) Outros resíduos, designadamente RCD, OAU, REEE, resíduos volumosos ou outros, que por atribuições legislativas sejam da competência da Entidade Gestora. -----
- c) Resíduos urbanos de grandes produtores. -----

Artigo 16.º Origem dos resíduos a gerir

Os resíduos a gerir têm a sua origem nos utilizadores domésticos e não domésticos. -----

Artigo 17.º Sistema de gestão de resíduos

O sistema de gestão de resíduos engloba, no todo ou em parte, as seguintes componentes relativas à operação de remoção de resíduos: -----

- a) Acondicionamento; -----
- b) Deposição (Indiferenciada e Seletiva); -----
- c) Recolha (Indiferenciada e Seletiva) e transporte; -----

SECÇÃO II - ACONDICIONAMENTO E DEPOSIÇÃO

Artigo 18.º Acondicionamento

Todos os produtores de resíduos urbanos são responsáveis pelo acondicionamento adequado dos mesmos, devendo a deposição dos resíduos urbanos ocorrer em boas condições de higiene e estanquidade, nomeadamente em sacos devidamente fechados, não devendo a sua colocação ser a granel, por forma a não causar o espalhamento ou derrame dos mesmos. -----

Artigo 19.º Responsabilidade de deposição

São responsáveis pela deposição no sistema disponibilizado pela Entidade Gestora, dos resíduos urbanos cuja produção diária não exceda os 1100 litros por produtor: -----

- a) Todos os produtores de resíduos urbanos proprietários, gerentes ou administradores de estabelecimentos comerciais e Industriais, escritórios e similares; -----
- b) Proprietários e residentes de edifícios de habitação; -----
- c) Condomínios, representados pela Administração, nos casos de edifícios em regime de propriedade horizontal, quando exista recolha porta-a-porta; -----
- d) Representantes legais de outras instituições; -----
- e) Nos restantes casos, os residentes, indivíduos ou entidades para o efeito designado, ou na sua falta, todos os detentores de resíduos. -----

Artigo 20.º Regras de deposição

1. Só é permitido depositar resíduos urbanos em equipamento ou local aprovado para o efeito, o qual deve ser utilizado de forma a respeitar as condições de higiene e salubridade adequadas. -----
2. A deposição de resíduos urbanos é realizada de acordo com os equipamentos disponibilizados pela Entidade Gestora e tendo em

atenção o cumprimento das regras de separação de resíduos urbanos. -----

3. A deposição está, ainda, sujeita às seguintes regras: -----

- a) É obrigatória a deposição dos resíduos urbanos no interior dos equipamentos para tal destinados, deixando sempre fechada a respetiva tampa; -----
- b) Não é permitido o despejo de OAU nos contentores destinados a RU, nas vias ou outros espaços públicos, bem como o despejo nos sistemas de drenagem, individuais ou coletivos, de águas residuais e pluviais, incluindo sargetas e sumidouros; -----
- c) Os OAU provenientes do sector doméstico devem ser acondicionados em garrafa de plástico, fechada, e colocada nos equipamentos específicos; -----
- d) Não é permitida a colocação de cinzas, escórias ou qualquer material incandescente nos contentores destinados a RU; -----
- e) Não é permitido colocar resíduos volumosos e resíduos verdes nos contentores destinados a RU, nas vias e outros espaços públicos, exceto quando acordado e autorizado pela Entidade Gestora. -----

Artigo 21.º Tipos de equipamentos de deposição

1. Compete à Entidade Gestora definir o tipo de equipamento de deposição de resíduos urbanos a utilizar. -----

2. Para efeitos de deposição indiferenciada de resíduos urbanos são disponibilizados aos utilizados os seguintes equipamentos: -----

- a) Contentores herméticos com capacidade de 800 ou 1100 litros; ---
- b) Papeleiras; -----
- c) Outros equipamentos que vierem a ser adotados pela entidade gestora. -----

3. Para efeitos de deposição seletiva de resíduos urbanos são disponibilizados aos utilizados os seguintes equipamentos:-----

- a) Ecopontos com capacidade de 3000 litros; -----
- b) Outros equipamentos que vierem a ser adotados pela entidade gestora. -----

Artigo 22.º Localização e colocação de equipamento de deposição

1. Compete à Entidade Gestora definir a localização de instalação de equipamento de deposição indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos. -----

2. A localização e a colocação de equipamentos de deposição de resíduos urbanos respeitam os seguintes critérios: -----

a) Zonas pavimentadas, de fácil acesso e em condições de segurança aos utilizadores; -----

b) Zonas de fácil acesso às viaturas de recolha evitando-se nomeadamente becos, passagens estreitas, ruas de grande pendente, que originem manobras difíceis que coloquem em perigo a segurança dos trabalhadores e da população em geral, etc.; -----

c) Evitar a obstrução da visibilidade de peões e condutores, nomeadamente através da colocação junto a passagens de peões, saídas de garagem, cruzamentos; -----

d) Aproximar a localização do equipamento de deposição indiferenciada do de deposição seletiva; -----

e) Assegurar a existência de equipamentos de deposição de resíduos urbanos indiferenciados a uma distância inferior a 100 metros do limite dos prédios em áreas urbanas, podendo essa distância ser aumentada para 200 metros em áreas predominantemente rurais; -----

f) Sempre que possível, deve existir equipamento de deposição seletiva para os resíduos urbanos valorizáveis a uma distância inferior a 200 metros do limite do prédio; -----

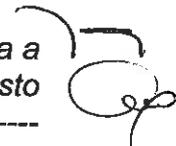
g) Assegurar uma distância média entre equipamentos adequada, designadamente à densidade populacional e à otimização dos circuitos de recolha, garantindo a salubridade pública; -----

h) Os equipamentos de deposição devem ser colocados com a abertura direcionada para o lado contrário ao da via de circulação automóvel. -----

3. Os projetos de loteamento e de legalização de áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) devem prever os locais para a colocação de equipamentos de deposição (indiferenciada e seletiva) de resíduos urbanos por forma a satisfazer as necessidades do loteamento, as regras do número um ou indicação expressa da Entidade Gestora. --

4. Os projetos previstos no número anterior são submetidos à Entidade Gestora para o respetivo parecer. -----

5. Para a vistoria definitiva dos loteamentos, é condição necessária a certificação pela Entidade Gestora de que o equipamento previsto esteja em conformidade com o projeto aprovado. -----



Artigo 23.º Dimensionamento do equipamento de deposição

1. O dimensionamento para o local de deposição de resíduos urbanos, é efetuado com base na: -----

a) Produção diária de resíduos urbanos, estimada tendo em conta a população espectável, a capitação diária de 1kg e o peso específico dos resíduos de 300kg/m³; -----

b) Produção de resíduos urbanos provenientes de atividades não domésticas, estimada tendo em conta o tipo de atividade e a sua área útil; -----

c) Frequência de recolha; -----

d) Capacidade de deposição do equipamento previsto para o local. –

2. As regras de dimensionamento previstas no número anterior devem ser observadas nos projetos de loteamento e de legalização de áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), nos termos previstos nos números 3 a 5 do artigo anterior. -----

Artigo 24.º Horário de deposição

A deposição indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos deve respeitar os dias e horas fixadas pelo Município de Tabuaço, que são publicitados no site do Município de Tabuaço e nos Serviços do Município. -----

SECÇÃO III - Recolha e transporte

Artigo 25.º Recolha

1. A recolha efetua-se por circuitos pré-definidos ou por solicitação prévia, de acordo com critérios a definir pelos respetivos serviços, tendo em consideração a frequência mínima de recolha que permita salvaguardar a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos. -----

2. O Município efetua a recolha indiferenciada de proximidade em todo o território municipal. -----

3. A RESINORTE - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S. A. efetua os seguintes tipos de recolha, nas zonas indicadas: -----

a) Recolha seletiva de proximidade em todo o território municipal; ----

Artigo 26.º Transporte

1. O transporte de resíduos urbanos provenientes da recolha seletiva é da responsabilidade da RESINORTE - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S. A., tendo por destino final as suas instalações de triagem em Lamego. -----

Artigo 27.º Recolha e transporte de óleos alimentares usados

1. A recolha seletiva de OAU provenientes do sector doméstico (habitações) processa-se por contentores localizados junto aos ecopontos, em circuitos pré-definidos em toda área de intervenção da Entidade Gestora. -----

2. Os OAU são transportados para uma infraestrutura sob responsabilidade de um operador legalizado, identificado pela Entidade Gestora no respetivo sítio na Internet. -----

Artigo 28.º Recolha e transporte de resíduos urbanos biodegradáveis

1. A Entidade Gestora poderá efetuar a recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis, por proximidade ou porta-a-porta, que deverá processar-se em contentorização hermética e por circuitos predefinidos em toda área de intervenção. -----

2. Os resíduos urbanos biodegradáveis serão transportados para uma infraestrutura sob responsabilidade de um operador legalizado, identificado pela Entidade Gestora no respetivo sítio na Internet. -----

Artigo 29.º Recolha e transporte de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

1. A recolha seletiva de REEE do sector doméstico processa-se por solicitação à Entidade Gestora, no posto de atendimento público por escrito, por telefone ou pessoalmente. -----

2. A remoção efetua-se em hora, data e local a acordar entre o Entidade Gestora e o munícipe. -----

3. Os REEE são transportados para uma infraestrutura sob responsabilidade de um operador legalizado, identificado pela Entidade Gestora no respetivo sítio na Internet. -----

Artigo 30.º Recolha e transporte de resíduos de construção e demolição

1 - A recolha seletiva de REEE do setor doméstico processa-se por solicitação à Entidade Gestora, à Divisão Municipal de Gestão Urbana e Ambiente por escrito ou pessoalmente em requerimento próprio. -----

2 - A remoção efetua-se em hora, data e local a acordar entre a Entidade Gestora e o munícipe. -----

3 - Os REEE são transportados para uma infraestrutura sob responsabilidade de um operador legalizado, identificado pela Entidade gestora no respetivo sítio na Internet. -----

4 - A Entidade Gestora só se responsabiliza pela recolha de REEE cujo volume total não seja superior a 1100 litros, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro. -----

Artigo 31.º Recolha e transporte de resíduos volumosos

1. A recolha de resíduos volumosos processa-se por solicitação à Entidade Gestora, no posto de atendimento público por escrito, por telefone ou pessoalmente. -----

2. A remoção efetua-se em hora, data e local a acordar entre a Entidade Gestora e o munícipe. -----

3. Os resíduos volumosos são transportados para uma infraestrutura sob responsabilidade de um operador legalizado, identificado pela Entidade Gestora no respetivo sítio na Internet. -----

Artigo 32.º Recolha e transporte de resíduos verdes urbanos

1 - A recolha seletiva de resíduos verdes e urbanos do setor doméstico processa-se por solicitação à Entidade Gestora, à Divisão Municipal de Gestão Urbana e Ambiente por escrito ou pessoalmente em requerimento próprio. -----

2 - A remoção efetua-se em hora, data e local a acordar entre a Entidade Gestora e o munícipe. -----

3 - O acondicionamento dos resíduos verdes deverá ser efetuado do seguinte modo: -----

a) Os resíduos verdes resultantes do corte de relva deverão estar acondicionados em sacos de 50 litros de capacidade; -----

b) Os resíduos de troncos de diâmetro inferiores a 20 cm não deverão ter mais de 50 cm de comprimento; -----

c) Os resíduos de troncos superiores a 20 cm poderão ter comprimento até 1,5 m. -----

4 - Os REEE são transportados para uma infraestrutura sob responsabilidade de um operador legalizado, identificado pela Entidade gestora no respetivo sítio na Internet. -----

5 - A Entidade Gestora só se responsabiliza pela recolha de resíduos verdes urbanos cujo volume total não seja superior a 1100

litros, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro. -----



SECÇÃO IV - RESÍDUOS URBANOS DE GRANDES PRODUTORES

Artigo 33.º Responsabilidade dos resíduos urbanos de grandes produtores

1. A deposição, recolha, transporte, armazenagem, valorização ou recuperação, eliminação dos resíduos urbanos de grandes produtores são da exclusiva responsabilidade dos seus produtores. -
2. Não obstante a responsabilidade prevista no número anterior pode haver acordo com a Entidade Gestora para a realização da sua recolha. -----

Artigo 34.º Pedido de recolha de resíduos urbanos de grandes produtores

1. Os produtores de resíduos urbanos particulares cuja produção diária exceda os 1100 litros por produtor podem efetuar o pedido de recolha através de requerimento dirigido à Entidade Gestora, onde devem constar os seguintes elementos: -----

- a) Identificação do requerente: nome ou denominação social; -----
- b) Número de Identificação Fiscal; -----
- c) Residência ou sede social; -----
- d) Local de produção dos resíduos; -----
- e) Caracterização dos resíduos a remover; -----
- f) Quantidade estimada diária de resíduos produzidos; -----
- g) Descrição do equipamento de deposição; -----

2. A Entidade Gestora analisa o requerimento, tendo em atenção os seguintes aspetos: -----

- a) Tipo e quantidade de resíduos a remover; -----
- b) Periodicidade de recolha; -----
- c) Horário de recolha; -----
- d) Tipo de equipamento a utilizar; -----
- e) Localização do equipamento. -----

3. A Entidade Gestora pode recusar a realização do serviço, designadamente nas seguintes situações: -----

a) O tipo de resíduos depositados nos contentores não se enquadra na categoria de resíduos urbanos, conforme previsto no presente regulamento; -----

b) Inacessibilidade dos contentores à viatura de recolha, quer pelo local, quer por incompatibilidade do equipamento ou do horário de recolha. -----

CAPÍTULO IV – CONTRATOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Artigo 35.º Contrato de gestão de resíduos urbanos

1. A prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos é objeto de contrato celebrado entre a Entidade Gestora e os utilizadores que disponham de título válido para a ocupação do imóvel. -----

2. Quando o serviço de gestão de resíduos urbanos seja disponibilizado simultaneamente com o serviço de abastecimento de água e ou de saneamento de águas residuais, o contrato é único e engloba todos os serviços. -----

3. O contrato é elaborado em impresso de modelo próprio da Entidade Gestora e instruído em conformidade com as disposições legais em vigor à data da sua celebração, e deve incluir as condições contratuais da prestação do serviço, designadamente os principais direitos e obrigações dos utilizadores e da Entidade Gestora, tais como a faturação, a cobrança, o tarifário, as reclamações e a resolução de conflitos. -----

4. No momento da celebração do contrato deve ser entregue ao utilizador a respetiva cópia. -----

5. Nas situações não abrangidas pelo n.º 2, o serviço de gestão de resíduos urbanos considera-se contratado desde que haja efetiva utilização do serviço e a Entidade Gestora remeta, por escrito, aos utilizadores, as condições contratuais da respetiva prestação. -----

6. Os proprietários dos prédios, sempre que o contrato não esteja em seu nome, devem comunicar à Entidade Gestora, por escrito e no prazo de 30 dias, a saída dos inquilinos. -----

7. Os proprietários, usufrutuários, arrendatários ou qualquer indivíduo ou entidade que disponha de título válido, que legitime o uso e fruição do local de prestação do serviço, ou aqueles que detêm a legal administração dos prédios, devem efetuar a mudança de titularidade dos contratos sempre que estes não estejam em seu nome. -----

Artigo 36.º Contratos especiais

1. A Entidade Gestora, por razões de salvaguarda da saúde pública e de proteção ambiental, admite a contratação temporária do serviço de recolha de resíduos urbanos, designadamente em zonas destinadas à concentração temporária de população, tais como comunidades nómadas e atividades com carácter temporário, nomeadamente festivais e exposições. -----

2. A Entidade Gestora admite a contratação do serviço de recolha de resíduos urbanos em situações especiais, como as a seguir enunciadas, e de forma temporária: -----

a) Litígios entre os titulares de direito à celebração do contrato, desde que, por fundadas razões sociais, mereça tutela a posição do possuidor; -----

b) Na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato. -----

3. Na definição das condições especiais deve ser acautelado tanto o interesse da generalidade dos utilizadores como o justo equilíbrio da exploração do sistema de gestão de resíduos, a nível de qualidade e de quantidade. -----

Artigo 37.º Domicílio convencionado

1. O utilizador considera-se domiciliado na morada por si fornecida no contrato para efeito de receção de toda a correspondência relativa à prestação do serviço. -----

2. Qualquer alteração do domicílio convencionado tem de ser comunicada pelo utilizador à Entidade Gestora, produzindo efeitos no prazo de 30 dias após aquela comunicação. -----

Artigo 38.º Vigência dos contratos

1. O contrato de gestão de resíduos urbanos produz efeitos a partir da data do início da prestação do serviço. -----

2. Quando o serviço de gestão de resíduos urbanos seja objeto de contrato conjunto com o serviço de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais, considera-se que a data referida no número anterior coincide com o início do fornecimento de água e ou recolha de águas residuais. -----

3. A cessação do contrato ocorre por denúncia ou caducidade. -----

4. Nos contratos celebrados com base em títulos sujeitos a termo, a caducidade opera no termo do prazo respetivo, ou suas prorrogações. -----

Artigo 39.º Suspensão do contrato

1. Os utilizadores podem solicitar, por escrito e com uma antecedência mínima de 10 dias úteis, a suspensão do contrato de gestão de resíduos, por motivo de desocupação temporária do imóvel. -----
2. Quando o utilizador disponha simultaneamente do serviço de gestão de resíduos e do serviço de abastecimento de água, o contrato de gestão de resíduos suspende-se quando seja solicitada a suspensão do serviço de abastecimento de água e é retomado na mesma data que este. -----
3. Nas situações não abrangidas pelo número anterior, o contrato pode ser suspenso mediante prova da desocupação do imóvel. -----
4. A suspensão do contrato implica o acerto da faturação emitida até à data da suspensão e a cessação da faturação e cobrança das tarifas mensais associadas à normal prestação do serviço, até que seja retomado o contrato. -----

Artigo 40.º Denúncia

1. Os utilizadores podem denunciar a todo o tempo os contratos de gestão de resíduos que tenham celebrado, por motivo de desocupação do local de consumo, desde que o comuniquem por escrito à Entidade Gestora, produzindo a denúncia efeitos a partir dessa data. -----
2. A denúncia do contrato de água pela respetiva Entidade Gestora, na sequência da interrupção do serviço de abastecimento de água por mora no pagamento e de persistência do não pagamento pelo utilizador pelo prazo de dois meses, produz efeitos também no contrato de gestão de resíduos urbanos, salvo se não tiver havido falta de pagamento do serviço de gestão de resíduos urbanos ou se for manifesto que continua a haver produção de resíduos urbanos. --

Artigo 41.º Caducidade

Nos contratos celebrados com base em títulos sujeitos a termo, a caducidade opera no termo do prazo respetivo. -----

CAPÍTULO V – ESTRUTURA TARIFÁRIA E FACTURAÇÃO DOS SERVIÇOS

SECÇÃO V - ESTRUTURA TARIFÁRIA



Artigo 42.º Incidência

1. *Estão sujeitos às tarifas relativas ao serviço de gestão de resíduos urbanos todos os utilizadores que disponham de contrato, nos termos do artigo 35.º, sendo as tarifas devidas a partir da data do início da respetiva vigência. -----*
2. *Para efeitos da determinação das tarifas fixas e variáveis, os utilizadores são classificados como domésticos ou não domésticos. -*

Artigo 43.º Estrutura tarifária

1. *Pela prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos são faturadas aos utilizadores: -----*

a) A tarifa fixa de gestão de resíduos, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias; -----

b) A tarifa variável de gestão de resíduos, devida em função do volume de água consumida durante o período objeto de faturação e expressa em euros. -----

2. *As tarifas previstas no número anterior englobam a prestação dos seguintes serviços: -----*

a) Instalação, manutenção e substituição de equipamentos de recolha indiferenciada de resíduos urbanos e de recolha seletiva de fluxos específicos de resíduos, na componente não assegurada pelas entidades gestoras dos sistemas integrados de gestão desses mesmos fluxos; -----

b) Recolha e encaminhamento de resíduos urbanos de grandes dimensões e, caso existam, pequenas quantidades de resíduos verdes provenientes de habitações inseridas na malha urbana. -----

Artigo 44.º Base de cálculo

1. *A quantidade de resíduos urbanos objeto de recolha é medida através do consumo da água. -----*

2. *Sempre que os utilizadores não disponham de serviço de abastecimento de água, a Entidade Gestora estima o respetivo consumo em função do consumo médio tendo por referência os utilizadores com características similares, no âmbito do território municipal, verificado no ano anterior. -----*

Artigo 45.º Tarifários especiais

1. Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações: -----

- a) Utilizadores domésticos, cujo rendimento anual bruto do agregado familiar por membro seja inferior ao indexante dos apoios sociais (IAS); -----
- b) Utilizadores não domésticos, aplicável a instituições particulares de solidariedade social, entidades sem fins lucrativos e outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas. -----

2. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste: -----

- a) Na isenção das tarifas fixas; -----
- b) Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 25 m³. -----

3. O tarifário social para utilizadores não domésticos consiste: -----

- a) Na redução das tarifas fixas; -----
- b) Na aplicação de uma redução de 50% face aos valores das tarifas aplicadas a utilizadores finais não domésticos. -----

Artigo 46.º Acesso aos tarifários especiais

1. Para beneficiar da aplicação do tarifário especial os utilizadores finais domésticos devem entregar à Entidade Gestora os seguintes documentos: -----

- a) Cópia da declaração ou nota de liquidação do IRS, ou comprovativo de isenção, de todos os elementos do agregado familiar; -----
- b) Cópia do último recibo de vencimento de todos elementos do agregado familiar; -----
- c) Declaração emitida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional IEFP quando algum dos elementos do agregado familiar se encontre desempregado; -----
- d) Declaração emitida pela Segurança Social relativa a todas as prestações sociais atribuídas aos elementos do agregado familiar; ---
- e) Declaração indicando o nome, identificação civil e fiscal, parentesco, morada e idade de todos os elementos do agregado familiar, comprovada pela Junta de Freguesia respetiva. -----

2. Para além dos elementos referidos no número anterior, a entidade gestora poderá solicitar outros elementos que considere necessários à apreciação e comprovação da situação do requerente. -----

3. A aplicação dos tarifários especiais tem a duração de dois anos, findo o qual deve ser renovada a prova referida no número anterior, para o que a Entidade Gestora deve notificar o utilizador com a antecedência mínima de 30 dias. -----

4. Os utilizadores finais não domésticos que desejem beneficiar da aplicação do tarifário social devem entregar uma cópia os seguintes documentos: -----

a) Cópia da publicação dos estatutos no Diário da República; -----

b) Cópia do cartão de identificação fiscal; -----

c) Declaração de não dívida à Segurança Social e Finanças. -----

Artigo 47.º Aprovação dos tarifários

1. O tarifário deverá ser revisto anualmente e produz efeitos relativamente aos utilizadores finais 15 dias depois da sua publicação, sendo que a informação sobre a sua alteração acompanha a primeira fatura subsequente. -----

2. O tarifário é disponibilizado nos locais de estilo e ainda no sítio da internet da Entidade Gestora. -----

SECÇÃO VI – FACTURAÇÃO

Artigo 48.º Periodicidade e requisitos da faturação

1. A periodicidade das faturas é mensal, podendo ser bimestral desde que corresponda a uma opção do utilizador por ser por este considerada mais favorável e conveniente. -----

2. As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, podendo ser baseadas em leituras reais ou em estimativas de consumo, nos termos previstos no Artigo 51.º e no Artigo 52.º, bem como as taxas legalmente exigíveis. -----

Artigo 49.º Prazo, forma e local de pagamento

1. O pagamento da fatura de fornecimento de água emitida pela Entidade Gestora deve ser efetuada no prazo, na forma e nos locais nela indicados. -----

2. O prazo para pagamento da fatura não pode ser inferior a 20 dias a contar da data da sua emissão. -----

3. O utilizador tem direito à quitação parcial quando pretenda efetuar o pagamento parcial da fatura e desde que estejam em causa

serviços funcionalmente dissociáveis, tais como o serviço de gestão de resíduos urbanos face ao serviço de abastecimento público de água. -----

4. Não é admissível o pagamento parcial das tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, bem como da taxa de recursos hídricos associada. -----

5. A apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do consumo de água suspende o prazo de pagamento da respetiva fatura caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável. -----

6. O atraso no pagamento, depois de ultrapassada a data limite de pagamento da fatura, permite a cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor. -----

7. O atraso no pagamento da fatura superior a 15 dias, para além da data limite de pagamento, confere à Entidade Gestora o direito de proceder à suspensão do serviço do fornecimento de água desde que o utilizador seja notificado com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data em que venha a ocorrer. -----

8. Não pode haver suspensão do serviço de abastecimento de água, nos termos do número anterior, em consequência da falta de pagamento de um serviço funcionalmente dissociável do abastecimento de água, quando haja direito à quitação parcial nos termos do n.º 3. -----

9. O aviso prévio de suspensão do serviço deve ser enviado por correio registado ou outro meio equivalente, podendo o respetivo custo ser imputado ao utilizador em mora. -----

Artigo 50.º Prescrição e caducidade

1. O direito ao recebimento do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação. -----

2. Se, por qualquer motivo, incluindo o erro da Entidade Gestora, tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetuado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca dentro de seis meses após aquele pagamento. -----

3. A exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utilizador, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data-limite fixada para efetuar o pagamento. ---

4. O prazo de caducidade das dívidas relativas aos consumos reais não começa a correr enquanto a Entidade Gestora não puder realizar a leitura do contador por motivos imputáveis ao utilizador. ---

Artigo 51.º Arredondamento dos valores a pagar

1. As tarifas são aprovadas com quatro casas decimais. -----
2. Apenas o valor final da fatura, com IVA incluído, é objeto de arredondamento, feito aos cêntimos de euro em respeito pelas exigências do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de Maio. -----

Artigo 52.º Acertos de faturação

1. Os acertos de faturação do serviço de águas são efetuados: -----
 - a) Quando a Entidade Gestora proceda a uma leitura, efetuando-se o acerto relativamente ao período em que esta não se processou; ---
 - b) Quando se confirme, através de controlo metrológico, uma anomalia no volume de águas ou de efluentes medidos. -----
2. Quando a fatura resulte em crédito a favor do utilizador final, o utilizador pode receber esse valor autonomamente no prazo de 20 dias, procedendo a Entidade Gestora à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes caso essa opção não seja utilizada. -----

CAPÍTULO VI – PENALIDADES

Artigo 53.º Regime aplicável

O regime legal e de processamento das contraordenações obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, todos na redação atual, e respetiva legislação complementar. -----

Artigo 54.º Contraordenações

1. Constitui contraordenação, nos termos do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, punível com coima de € 1 500 a € 3 740, no caso de pessoas singulares, e de € 7 500 a € 44 890, no caso de pessoas coletivas, o uso indevido ou dano a qualquer infraestrutura ou equipamento do sistema de gestão de resíduos por parte dos utilizadores dos serviços. -----
2. Constitui contraordenação, punível com coima de € 250 a € 1500, no caso de pessoas singulares, e de € 1 250 a € 22 000, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos utilizadores dos serviços: -----

- a) A alteração da localização do equipamento de deposição de resíduos; -----
- b) O acondicionamento incorreto dos resíduos urbanos, contrariando o disposto no Artigo 18.º deste Regulamento; -----
- c) A inobservância das regras de deposição indiferenciada e seletiva dos resíduos, previstas no Artigo 20.º deste Regulamento; -----
- d) O desrespeito dos procedimentos veiculados pela Entidade Gestora, em situações de acumulação de resíduos, no sentido de evitar o desenvolvimento de situações de insalubridade pública. -----

Artigo 55.º Negligência

Todas as contraordenações previstas no artigo anterior são puníveis a título de negligência, sendo nesse caso reduzidas para metade os limites mínimos e máximos das coimas previstas no artigo anterior. --

Artigo 56.º Processamento das contraordenações e aplicação das coimas

1. A fiscalização e a instrução dos processos de contraordenação, assim como o processamento e a aplicação das respetivas coimas competem à Entidade Gestora. -----
2. A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contraordenação, o grau de culpa do agente e a sua situação económica e patrimonial, considerando essencialmente os seguintes fatores: -----

- a) O perigo que envolva para as pessoas, a saúde pública, o ambiente e o património público ou privado; -----
- b) O benefício económico obtido pelo agente com a prática da contraordenação, devendo, sempre que possível, exceder esse benefício. -----
3. Na graduação das coimas deve, ainda, atender-se ao tempo durante o qual se manteve a infração, se for continuada. -----

Artigo 57.º Produto das coimas

O produto das coimas aplicadas reverte integralmente para a Entidade Gestora. -----

CAPÍTULO VII – RECLAMAÇÕES

Artigo 58.º Direito de reclamar

1. *Aos utilizadores assiste o direito de reclamar, por qualquer meio, perante a Entidade Gestora, contra qualquer ato ou omissão desta ou dos respetivos serviços ou agentes, que tenham lesado os seus direitos ou interesses legítimos legalmente protegidos. -----*
2. *Os serviços de atendimento ao público dispõem de um livro de reclamações, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, onde os utilizadores podem apresentar as suas reclamações. -----*
3. *Para além do livro de reclamações, a Entidade Gestora disponibiliza mecanismos alternativos para a apresentação de reclamações que não impliquem a deslocação do utilizador às instalações da mesma, designadamente através do seu sítio na Internet. -----*
4. *A reclamação é apreciada pela Entidade Gestora no prazo de 22 dias úteis, notificando o utilizador do teor da sua decisão e respetiva fundamentação. -----*
5. *A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no Artigo 49.º do presente Regulamento. -----*

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 59.º Integração de lacunas

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto neste Regulamento é aplicável o disposto na legislação em vigor. -----

Artigo 60.º Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação em Diário da República. -----

Artigo 61.º Revogação

Após a entrada em vigor deste Regulamento fica automaticamente revogado o Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Tabuaço anteriormente aprovado.” -----

"Tabela de Taxas

TARIFÁRIO



Abastecimento de Água

Tarifa Fixa **€/30 dias**

Consumidores Domésticos 1,00 €

Consumidores não Domésticos

≤ 20 mm 1,00 €

21 a 30 mm 2,00 €

31 a 50 mm 3,00 €

51 a 100 mm 5,00 €

101 a 300 mm 8,00 €

Instituições particulares de Solidariedade Social 0,50 €

Instituições de Carater Social 0,50 €

Consumidores Obras 1,00 €

Tarifa Variável **€/m³**

Consumidores Domésticos

Escalão 0-5 m³ 0,50 €

Escalão 6-15 m³ 0,65 €

Escalão 16-25 m³ 0,90 €

Escalão ≥ 26 m³ 1,75 €

Consumidores não Domésticos 0,60 €

Consumidores Domésticos – Tarifa Social

Escalão 0-15 m³ 0,50 €

Escalão 16-25 m³ 0,80 €

Escalão ≥ 26 m³ 1,20 €

Instituições particulares de Solidariedade Social 0,75 €



Instituições de Carater Social

Escalão 0-25 m³ 0,50 €

Escalão ≥ 26 m³ 0,75 €

Consumidores Obras 1,20 €

Saneamento de Águas Residuais

Tarifa Fixa €/30 dias

Consumidores Domésticos 0,50 €

Consumidores não Domésticos 0,75 €

Instituições particulares de Solidariedade Social 0,50 €

Instituições de Carater Social 0,50 €

Consumidores Obras 2,00 €

Tarifa Variável €/m³

90% do valor apurado à tarifa variável de abastecimento de água.

Resíduos Sólidos

Tarifa Variável €/m³

Consumidores Domésticos

Escalão 0-25 m³ 1,00 €

Escalão 26-50 m³ 2,00 €

Escalão 51-100 m³ 3,00 €

Escalão ≥ 100 m³ 4,00 €

Consumidores não Domésticos

Escalão 0-25 m³ 2,00 €

Escalão 26-50 m³ 4,00 €

Escalão 51-100 m³ 6,00 €

Escalão ≥ 100 m³ 10,00 €

Consumidores Domésticos – Tarifa Social

Escalão 0-25 m³ 0,50 €

Escalão 26-50 m³ 2,00 €

Escalão 51-100 m³ 3,00 €

Escalão ≥ 100 m³ 4,00 €

Instituições de Carater Social

Escalão 0-25 m ³	1,00 €
Escalão 26-50 m ³	2,00 €
Escalão 51-100 m ³	3,00 €
Escalão ≥ 100 m ³	5,00 €

Serviços Auxiliares

Recolocação de Contador no caso de avaria imputada ao consumidor	80,00€
Reinício por suspensão da ligação do serviço por incumprimento do utilizador	50,00€
Reinício por suspensão da ligação do serviço a pedido do utilizador	30,00€
Leitura extraordinária de consumos de Água	25,00€
Interrupção do Serviço a pedido do utilizador	20,00€
Ligação temporária ao sistema público designadamente para abastecimento de estaleiros, obras e zonas de concentração populacional temporária	25,00€
Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador	20,00€
Recolha, transporte e tratamento de efluentes de fossas sépticas:	
Custo por hora (tempo da recolha)	48,00€
Custo por km (distância da empresa ao local da Fossa)	2,60€
Custo do tratamento das águas por m ³ (produto recolhido)	2,00€

Execução de Ramais de Ligação (< a 20 metros)

O valor dos ramais de ligação de água e saneamento é calculado através da aplicação do coeficiente ao valor dos materiais utilizados e valorizados ao preço médio de aquisição, do valor da mão-de-obra e de outros custos relacionados (asfaltagem/calçetagem; deslocação; máquinas).

Execução de Ramais de Ligação (> a 20 metros)

O valor dos ramais de ligação de água e saneamento é calculado através do valor dos materiais utilizados e valorizados ao preço médio de aquisição, do valor da mão-de-obra e de outros custos relacionados (asfaltagem/calçetagem; deslocação; máquinas).

2. Submeter, de harmonia com o disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, os projetos dos regulamentos e da tabela de taxas a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo prazo de trinta dias, devendo, para o efeito, serem publicitados na 2.ª série do Diário da República e na página eletrónica do Município.
3. Remeter, de harmonia com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da já citada Lei n.º 75/2013, os regulamentos e a concorrente tabela de taxas à Assembleia Municipal, se entretanto não for apresentada qualquer sugestão sobre os mesmos, para efeitos de aprovação, face ao vertido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I do sobredito diploma legal. -----

Os senhores Vereadores João Joaquim Saraiva Ribeiro e Maria Catarina dos Santos Assis fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos contra pelos seguintes motivos: -----

- 1. Por considerarmos, como sempre consideramos e defendemos, que a adesão do Município à sociedade anónima Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, agora designada Águas do Norte, S.A., com a privatização dos serviços de abastecimento público de água do Município, em “alta”, e do saneamento de águas residuais urbanas, foi um erro e que, mais cedo ou mais tarde, os tabuacenses iriam tomar consciência da situação quando viessem a ser confrontados com a implementação de novas taxas; -----*
- 2. Que a adesão às Águas de Portugal foi mal negociada pela Câmara, pois, apesar de errada, não acautelou convenientemente os interesses do Município e dos tabuacenses e não salvaguardou, como lhe competia as situações excecionais existentes no Município sobre este assunto; -----*
- 3. Finalmente, a adesão do Município às Águas de Portugal não contemplou, sem sabermos porquê, o abastecimento de água doméstica às populações de Valença do Douro, Desejosa, Balsa, Longa, Granja do Tedo, Pinheiros, Carrazedo, Santa Leocádia e Paradela”. -----*

O senhor Presidente, em função da declaração de voto dos senhores Vereadores, disse o seguinte: -----

“Não entender a posição vertida pelos senhores Vereadores atendendo ao facto de a matéria em causa não ter absolutamente nenhuma ligação com a adesão do Município ao sistema



multimunicipal gerido pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas sim com as imposições legais e recomendações que a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos - enviou à Câmara Municipal. -----

Nesse sentido estes regulamentos e as respetivas taxas terão que ser aprovadas mesmo que o Município de Tabuaço tivesse o seu próprio sistema de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais. Aliás, e como já se sabe de executivos anteriores, a Câmara de Tabuaço encontra-se em incumprimento pelo facto de não cobrar qualquer taxa de tratamento de águas residuais sendo um dos cerca de dez municípios do país a não o fazer. -----

Mais ainda o atual executivo já por diversas vezes, tendo sido a última na passada reunião de Câmara, manifestou a sua discordância quer pela forma como as negociações foram feitas, como a entidade gestora exerce as suas funções bem como já respondeu negativamente a várias propostas para a verticalização do sistema. -----

Não entendo, portanto, a declaração de voto e considero-a desadequada ao assunto em discussão. -----

Informação n.º 114/2015 – DGAT/SAA, de 4 de setembro, respeitante à ligação de águas residuais industriais da Adega da Sociedade Vitícola da Foz do Távora. -----

DEL. 272/09/2015

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto constantes na informação n.º 114/2015 – DGAT/SAA, de 4 de setembro, deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores João Joaquim Saraiva Ribeiro e Maria Catarina dos Santos Assis, autorizar a ligação à rede municipal de drenagem de águas residuais do efluente industrial proveniente da adega sita em Tabuaço, pertença à Sociedade Vitícola da Foz do Távora, Lda. -----

Mais deliberou, por maioria, aprovar a minuta do contrato de ligação e autorizar o senhor Presidente da Câmara a outorgá-lo. -----

Os senhores Vereadores João Joaquim Saraiva Ribeiro e Maria Catarina dos Santos Assis fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“Abstemo-nos pelos seguintes motivos: -----

1. *Desconhecemos o teor do parecer do senhor consultor jurídico do Município, relativamente à minuta do contrato de ligação das águas residuais industriais;* -----
2. *Desconhecemos o procedimento administrativo que esteve na origem do pedido ou de imposição de ligação de águas residuais industriais da adega Sociedade Vitícola Foz do Távora, Lda., tendo em conta que se trata de uma empresa que possui a referida adega a laborar há vários anos.* -----



Informação técnica n.º 515, de 28 de agosto de 2015, respeitante à aprovação do auto de vistoria e medição de trabalhos n.º 3 da empreitada de “Construção e beneficiação de arruamentos no concelho – ampliação do arruamento para a criação de parque de estacionamento nas piscinas descobertas” – processo 2014/AD/65. -----

DEL. 273/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de vistoria e medição de trabalhos – 3.ª situação provisória da empreitada de “Construção e beneficiação de arruamentos no concelho – ampliação do arruamento para a criação de parque de estacionamento nas piscinas descobertas” – processo 2014/AD/65, no montante de € 10.758,74 (dez mil, setecentos e cinquenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor. -----

Mais deliberou, por unanimidade, autorizar o senhor Presidente da Câmara a efetuar o respetivo pagamento. -----

SERVIÇOS DE CULTURA E AÇÃO SOCIAL -----

A senhora Manuela Maria Alves Morais vem solicitar a aquisição de alguns exemplares do livro “(In)Justiças”, da autoria de Guida Nunes. -----

DEL. 274/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, declinar, uma vez mais, o pedido de aquisição de alguns exemplares do livro “(In)Justiças”, da autoria de Guida Nunes, em virtude de se estar a ultimar a promoção de alguns livros de escritores do concelho e que por inerência vão acarretar alguns encargos ao Município. -----

A Tuna de Tabuaço vem solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com os transportes, honorários e com a realização de uma homenagem. -----

DEL. 275/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder à Tuna de Tabuaço um subsídio no montante de € 1.000,00 (mil euros), para custear as despesas com os transportes, honorários e com a realização de uma homenagem. --

Mais deliberou, por unanimidade, que a data do compromisso fica condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

E-mail da Vintage Celebration a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a realização do "Rali Vinho do Porto". -----

DEL. 276/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio ao Vintage Celebration no montante de € 8.500,00 (oito mil e quinhentos euros), para custear as despesas com a realização do "Rali Vinho do Porto", que decorrerá no Alto Douro Vinhateiro no período compreendido entre os dias 18 a 20 de setembro de 2015 e que terá como base a vila de Tabuaço. -----

Mais deliberou, por unanimidade, que a data do compromisso fica condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

O Grupo Coral e Recreativo Nossa Senhora do Sabroso de Barcos vem solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a participação da União das Freguesias nas festas de São João 2015, bem como de outro subsídio atribuído para o ano 2014/2015. -----

DEL. 277/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio ao Grupo Coral e Recreativo Nossa Senhora do Sabroso de Barcos no montante total de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros), para custear as despesas correntes de funcionamento, bem como pela participação da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia nas festas de São João 2015. -----

Mais deliberou, por unanimidade, que a data do compromisso fica condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

A Paróquia de Nossa Senhora do Pranto de Sendim vem solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a realização dos festejos em honra de Nossa Senhora do Pranto. -----

DEL. 278/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de Sendim no montante de € 600,00 (seiscentos euros), para custear as despesas com a realização dos festejos em honra de Nossa Senhora do Pranto nos dias 12 e 13 de setembro de 2015. -----

Mais deliberou, por unanimidade, que a data do compromisso fica condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

A Comissão de Festas de Pinheiros vem solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a realização dos festejos em honra de Santa Eufémia e Santa Bárbara. -----

DEL. 279/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de Pinheiros no montante de € 1.000,00 (mil euros), para custear as despesas com a realização dos festejos em honra de Santa Eufémia e Santa Bárbara nos dias 13 a 17 de setembro de 2015. -----

Mais deliberou, por unanimidade, que a data do compromisso fica condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

A Paróquia de Nossa Senhora do Pranto de Sendim vem solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com as obras de conservação, substituição e requalificação da Capela de São Marcos. -----

DEL. 280/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de Guedieiros no montante de € 1.656,48 (mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), para custear as despesas com as obras de conservação, substituição e requalificação da Capela de São Marcos. -----

Mais deliberou, por unanimidade, que a data do compromisso fica condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

Informação 73/AS/2015, de 31 de agosto, respeitante à sinalização (pedido de atribuição do 1.º escalão e fornecimento gratuito das refeições escolares). -----

DEL. 281/09/2015

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto e de direito constantes na informação n.º 73/AS/2015, de 31 de agosto, deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de atribuição do 1.º escalão à aluna Leonor Santos Ferreira, onde se inclui o fornecimento gratuito das refeições na cantina escolar do Agrupamento de Escolas de Tabuaço. -----

DEL. 282/09/2015

A Câmara, nos termos do disposto no artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e cinquenta e cinco minutos para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelo Chefe de Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico e Social, Modernização e Suporte, João Paulo Moita dos Santos, que a redigiu. -----

O Presidente da Câmara,



O Secretário,

